

**EVARISTO DE MORAES,  
TRIBUNO DA REPÚBLICA**



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade

FERNANDO FERREIRA COSTA



Conselho Editorial

Presidente

PAULO FRANCHETTI

ALCIR PÉCORÁ – ARLEY RAMOS MORENO

JOSÉ A. R. GONTIJO – JOSÉ ROBERTO ZAN

LUIS FERNANDO CERIBELLI MADI – MARCELO KNOBEL

SEDI HIRANO – WILSON CANO

Comissão Editorial da Coleção Várias Histórias

SILVIA HUNOLD LARA (coordenadora) – SIDNEY CHALHOUB

MARTHA ABREU – JOÃO JOSÉ REIS – ALCIR PÉCORÁ

Conselho Consultivo da Coleção Várias Histórias

CLAUDIO HENRIQUE DE MORAES BATALHA – MARIA CLEMENTINA PEREIRA CUNHA

MARIA HELENA P. T. MACHADO – ROBERT WAYNE ANDREW SLENES

Consultoria deste volume

MATTHIAS RÖHRIG ASSUNÇÃO – BEATRIZ GALLOTTI MAMIGONIAN

JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA

**EVARISTO DE MORAES,  
TRIBUNO DA REPÚBLICA**

Mendonça, Joseli Maria Nunes.  
M523c Evaristo de Moraes, tribuno da República / Joseli Maria Nunes  
Mendonça. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

1. Moraes, Evaristo de, 1871-1939. 2. Movimento operário – Rio de Janeiro (RJ). 3. Direito do trabalho – Brasil. 4. Direito penal – Brasil. 5. Socialismo – Brasil. 6. Brasil – Relações raciais – História. I. Título.

	CDD	322.2098153
		344.8101
		345.81
		320.5310981
ISBN 978-85-268-0752-5		301.4510420981

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Movimento operário – Rio de Janeiro (RJ)	322.2098153
2. Direito do trabalho – Brasil	344.8101
3. Direito penal – Brasil	345.81
4. Socialismo – Brasil	320.5310981
5. Brasil – Relações raciais – História	301.4510420981

Copyright © by Joseli Maria Nunes Mendonça

Copyright © 2007 by Editora da UNICAMP

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.



## COLEÇÃO VÁRIAS HISTÓRIAS

A COLEÇÃO VÁRIAS HISTÓRIAS divulga pesquisas recentes sobre a diversidade da formação cultural brasileira. Ancoradas em sólidas pesquisas empíricas e focalizando práticas, tradições e identidades de diferentes grupos sociais, as obras publicadas exploram os temas da cultura a partir da perspectiva da história social. O elenco resulta de trabalhos individuais ou coletivos ligados aos projetos desenvolvidos no Centro de Pesquisa em História Social da Cultura do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP ([www.unicamp.br/cecult](http://www.unicamp.br/cecult)).

### VOLUMES PUBLICADOS

- 1 – ELCIENE AZEVEDO. *Orfeu de carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo.*
- 2 – JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA. *Entre a mão e os anéis. A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil.*
- 3 – FERNANDO ANTONIO MENCARELLI. *Cena aberta. A absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo.*
- 4 – WLAMYRA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE. *Algazarra nas ruas. Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923).*
- 5 – SUEANN CAULFIELD. *Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940).*
- 6 – JAIME RODRIGUES. *O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850).*
- 7 – CARLOS EUGÊNIO LÍBANO SOARES. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850).*
- 8 – EDUARDO SPILLER PENA. *Pajens da casa imperial. Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871.*
- 9 – JOÃO PAULO COELHO DE SOUZA RODRIGUES. *A dança das cadeiras. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913).*

10 – ALEXANDRE LAZZARI. *Coisas para o povo não fazer. Carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*.

11 – MAGDA RICCI. *Assombrações de um padre regente. Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*.

12 – GABRIELA DOS REIS SAMPAIO. *Nas trincheiras da cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*.

13 – MARIA CLEMENTINA PEREIRA CUNHA (org.). *Carnavais e outras f(r)estas. Ensaio de história social da cultura*.

14 – SILVIA CRISTINA MARTINS DE SOUZA. *As noites do Ginásio. Teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*.

15 – SIDNEY CHALHOUB, VERA REGINA BELTRÃO MARQUES, GABRIELA DOS REIS SAMPAIO e CARLOS ROBERTO GALVÃO SOBRINHO (orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil. Capítulos de história social*.

16 – LIANE MARIA BERTUCCI. *Influenza, a medicina enferma. Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*.

17 – PAULO PINHEIRO MACHADO. *Lideranças do Contestado. A formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*.

18 – CLAUDIO H. M. BATALHA, FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA e ALEXANDRE FORTES (orgs.). *Culturas de classe. Identidade e diversidade na formação do operariado*.

19 – TIAGO DE MELO GOMES. *Um espelho no palco. Identidades sociais e massificação da cultura no teatro de revista dos anos 1920*.

20 – EDILENE TOLEDO. *Travessias revolucionárias. Idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*.

21 – SIDNEY CHALHOUB, MARGARIDA DE SOUZA NEVES e LEONARDO AFFONSO DE MIRANDA PEREIRA (orgs.). *História em cousas miúdas. Capítulos de história social da crônica no Brasil*.

22 – SILVIA HUNOLD LARA e JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA (orgs.). *Direitos e justiças no Brasil. Ensaio de história social*.

23 – WALTER FRAGA FILHO. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia 1870-1910*.

24 – JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*.

## PRÓXIMO VOLUME

25 – VALÉRIA LIMA. *A viagem pitoresca e histórica de Debret: entre imagens e textos*.

*Para Edson e Júlia*



## AGRADECIMENTOS

A Sílvia Hunold Lara, por mais esta orientação, sem a qual este trabalho não existiria; a Clementina Pereira da Cunha, pela intervenção tão criteriosa e pertinente no exame de qualificação e, depois, na defesa da tese; a Sidney Chalhoub, por ter-me socorrido com suas fichas de pesquisa e pela participação na defesa da tese; também pela participação criteriosa na banca, à professora Mariza Corrêa; a Ângela de Castro Gomes, pelas palavras de estímulo na banca e, posteriormente, por todo o carinho; a Claudio Batalha, por sua importante contribuição no exame de qualificação; a Fernando Teixeira da Silva, o interlocutor mais constante que tive durante todo o tempo em que realizei este trabalho; aos participantes do seminário “Direitos e Justiças”, os primeiros leitores de parte deste trabalho; especialmente a Keila Grinberg.

À UNIMEP, pelo apoio institucional por meio do Fundo de Apoio à Pesquisa; aos funcionários de arquivos e bibliotecas nos quais pesquisei, especialmente do Arquivo Edgard Leuenroth, da biblioteca do Instituto dos Advogados do Brasil e da Seção de Livros Raros da Biblioteca da UNIMEP.

A Karla Rodrigues da Costa, Andrea Vega e Carolina Lima de Souza, pelo auxílio na pesquisa; ao doutor Marcos Jorge Caldas Pereira e à doutora Tereza Konder Lins e Silva, por terem auxiliado no acesso a documentos do arquivo pessoal do ministro Evandro Lins e Silva.

Aos familiares e amigos: dona Geny e seu Antônio; Nina e Ana Luísa; às amigas queridas, Valéria Barbosa e Silvana Pacolla; a Virgínia, Chico, Donato, Cláudio, Valéria — todos companheiros da UNIMEP.

Aos meus alunos da UNIMEP, pela “torcida” e pela paciência que tiveram com a professora atribulada.

Ao doutor Evaristo de Moraes Filho agradeço com especial afeto. Logo no início da pesquisa, pude contar com orientações seguras que, transmitidas de forma tão gentil, se converteram logo em estímulo. Ao doutor Evaristo de Moraes Filho devo, antes de tudo, as tantas e tantas recordações que publicou sobre seu pai. A essa dívida, evidenciada inequivocamente nas notas e referências que vão no texto, acrescento meu sincero desejo de que este trabalho traduza, ao menos aproximadamente, o respeito e admiração que aprendi a ter por seu pai, a quem tanto ama e a cuja memória tanto se dedicou. Aceite, doutor Evaristo, meu agradecimento afetuoso.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	13
INTRODUÇÃO .....	19
<b><i>I – RABULICE E MILITÂNCIA</i></b>	
1 PROJEÇÃO NO MUNDO PÚBLICO .....	47
2 UM ADVOGADO NO SINDICATO .....	97
3 UM RÁBULA ENTRE OS DOUTOS .....	133
4 UM TRIBUNO EM MEIO ÀS PAIXÕES .....	191
<b><i>II – MEMÓRIA E HISTÓRIA</i></b>	
5 REMINISCÊNCIAS E CONSTRUÇÃO DO PASSADO .....	253
6 A HISTÓRIA E A SUPERAÇÃO DO PASSADO .....	311
<b><i>III – A HISTÓRIA SE CUMPRINDO</i></b>	
7 UM SOCIALISTA NO MINISTÉRIO .....	381
8 DESCAMINHOS .....	437
EPÍLOGO .....	483
CRONOLOGIA DE EVARISTO DE MORAES .....	497
FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	503



## PREFÁCIO

A escrita da história foi e continua sendo marcada pelos debates acerca das virtudes e vícios dos escritos biográficos e autobiográficos. Durante o século XIX, eles foram um cânone para os historiadores, razão pela qual a moderna historiografia, inaugurada pela escola dos *Annales*, elegeu-os um alvo preferencial, na medida em que materializariam o que então se desejava negar e atacar: a dimensão da política, o lugar do indivíduo na história, a dinâmica das conjunturas etc. E exatamente porque o lugar dos vícios pode ser também o das virtudes, por essas mesmas razões, nas décadas finais do século XX, o movimento que se tornou conhecido como o “retorno da história política” deu nova vida às biografias, ressignificando seu sentido teórico e metodológico, sobretudo na chave das relações entre história e memória.

A tese de doutorado de Joseli Maria Nunes Mendonça, agora publicada, faz parte dessa retomada dos estudos biográficos no interior da produção historiográfica brasileira. Mas acredito que, nesse conjunto, ela se destaca pelas estratégias postas em prática para enfrentar o desafio clássico desse tipo de escrita: Como fazer da história de uma vida um guia proveitoso para se adentrar em um período da história de um grupo social e enfrentar algumas das questões fundamentais então postas em debate?

A leitura do livro pode ser feita, portanto, a partir de diferentes óticas, algumas das quais vale a pena destacar. Em primeiro lugar, o achado do nome a ser biografado: Evaristo de Moraes (1871-1939). Um homem definido como um rábula que se tornou advogado, tendo a vida marcada pelos mais importantes movimentos político-sociais de sua época. Foi abolicionista e republicano. Atuou em partidos operários e no movimento sindical no início do século XX, sendo um pioneiro na defesa dos direitos

dos trabalhadores, o de associação e greve com destaque. Tornou seu nome conhecido no campo do direito penal, com atuações magistras e polêmicas na defesa de acusados de crimes passionais, ou seja, na defesa dos uxoricidas. Integrou a equipe do primeiro ministro do Trabalho, Indústria e Comércio de Getúlio Vargas, Lindolfo Collor, sendo um dos responsáveis pela lei de sindicalização de 1931, decisiva para a montagem de um projeto corporativo de regulamentação do mercado de trabalho no Brasil. Dessa forma, foi um ativo militante político; um intelectual engajado em causas desafiadoras; um profissional que ascendeu e se impôs no campo do saber jurídico; foi um polígrafo que leu e escreveu sobre diversos temas, não deixando também de registrar suas próprias memórias. Ingredientes mais que suficientes, como se vê, para o desenho de um personagem rocambolesco, oriundo das camadas populares, que não se enquadra em qualquer dicotomia de heroísmo mais simplista.

Matéria-prima abundante e, por isso, a exigir cuidados e escolhas, que Joseli praticou com esmero. Seguindo a linhagem das atuais biografias, não se trata de esgotar a trajetória de Evaristo de Moraes, de engrandecê-la ou de acompanhá-la linearmente. A preocupação que dirige a pesquisa é com a atuação pública do personagem, o que, evidentemente, não ignora aspectos privados de sua vida, fundamentais ao entendimento de suas múltiplas faces, carregadas de tensões e contradições. Nesse sentido, a estratégia da narrativa é um ponto alto do trabalho, pois a autora introduz o leitor à história que vai contar, usando os recursos da literatura policial e conduzindo-o, de cara, ao Tribunal do Júri, através do caso Basílio de Moraes. Consciente desse trunfo, o réu é apresentado pela autora, nos termos da imprensa da época, como o “monstro” Basílio, acusado (e previamente condenado) por crimes infames e defendido nada menos nada mais que por seu filho, Evaristo de Moraes, jovem e pouco conhecido. E não serei eu, nesse Prefácio, a quebrar o espanto bem montado pelo texto, adiantando os desdobramentos de tal enredo, mantido em suspense por muitas páginas. De toda forma, como é óbvio, o caso Basílio é digno de nota, na vida de Evaristo de Moraes e no livro de Joseli Mendonça.

É ler para crer como a vida pode render um romance policial, como a vida é o homem e suas circunstâncias, como o micro abre passagem ao macro etc.

Construída a Introdução, o talento para montar a arquitetura do texto não foi menor. Dividido em três partes e sem abandonar uma certa ordem cronológica cara ao historiador, o livro explora, em cada uma delas, questões centrais ao debate político e intelectual republicano, desde os anos 1890 até a década de 1930. Na primeira parte, são os processos criminais que modulam a atuação de Evaristo, como rábula e advogado, evidenciando a riqueza das fontes que serão exploradas em todo o trabalho. A produção intelectual do biografado e de seus contemporâneos, os jornais e as revistas, as obras memorialistas e a legislação, indispensável. Na segunda parte, a que mais gosto, as relações entre memória e história presidem as reflexões da autora sobre os intentos de construção do passado efetuados por Evaristo de Moraes, em vários de seus textos, especialmente no que narra sua própria vida, *Reminiscências de um rábula criminalista*, de 1922. Na terceira e última parte, a que cobre a década de 1930 e concentra sua ação política como assessor do ministro Collor, temos um Evaristo de Moraes, quase ao mesmo tempo, no centro do poder e amargando infortúnios profissionais, financeiros e pessoais.

Em todo o percurso, muitas são as questões discutidas, mas algumas têm grande relevo para Evaristo de Moraes e para o Brasil de sua época. Entre elas, a questão racial e a social, que ele tematiza por meio de sua atuação como advogado de defesa e como pensador social. No que diz respeito à questão racial, o livro explora suas relações com o discurso jurídico, mas de forma muito original, analisando os usos que o advogado faz da ideologia do branqueamento, acreditada e instrumentalizada, a um só tempo, quando da elaboração da defesa de seus clientes. Como se sabe, o racismo no Brasil da Primeira República (mas não só desse período) pauta-se menos em dispositivos legais e mais em práticas que se fundamentam em posições de força e poder, especialmente de autoridades públicas ou privadas. Ou seja, convive-se com um discurso racial que rejeita mecanismos segregacionistas explícitos e aponta para

a convivência das raças como vantagem, ao menos potencial e a longo prazo. Um discurso que permite a homens como o advogado Evaristo mobilizar tais possibilidades de negação do racismo, para enfrentá-lo, com desenvoltura, no Tribunal do Júri. Uma estratégia que não é isolada no campo político e intelectual, como a historiografia sobre a Primeira República vem demonstrando, e que resulta na valorização do mestiço e da mestiçagem, bem como de sua contribuição à nossa cultura, bem antes da década de 1930.

Pode-se ver então, seguindo a atuação de Evaristo de Moraes, a complexidade e “cientificidade” dos debates que enlaçam questão racial e causas da criminalidade. Verifica-se como a crença na existência de razões “biológicas” para o crime legitimava noções de degeneração e taras físicas para explicá-lo. Noções que eram também desafiadas, sem serem desativadas, por uma “sociologia criminal”, defensora da importância do meio social, sobretudo quando marcado pela miséria e ignorância. Lidar com e procurar articular tais vertentes, no terreno penal e social, não era tarefa simples, mas era algo provavelmente mais praticado do que o vão desejo classificatório da academia, durante um bom tempo, podia supor.

Uma estratégia política que permitia aos intelectuais do período considerar uma “missão” a tarefa de “convencimento pedagógico” da opinião pública (e do júri), tendo em vista a transformação social e o melhoramento do povo. Tudo isso através do combate aos pré-conceitos, como os de raça e os da falta de direitos dos trabalhadores, por exemplo. Aliás, uma coisa tinha muito a ver com a outra, pois, como Evaristo de Moraes escreve, a abolição e a República eram as duas grandes obras inacabadas do país. Dessa forma, ambas não cumpriram as promessas feitas aos trabalhadores. E, nesse terreno, o livro de Joseli, mais uma vez, acrescenta, ao acompanhar as formulações de Evaristo de Moraes, desde o início do século XX, situando historicamente as variações do “pensamento socialista” e das idéias de teor corporativista no Brasil. Assim, de um lado, destaca-se que a defesa da intervenção do Estado em matéria econômica e social era algo bastante compartilhado pela intelectualidade liberal e socialista, compatibilizando mecanismos de ação parlamentar e propostas de cunho sindicalista, de teor

corporativo, como as de Evaristo de Moraes. De outro, fica evidente que a defesa dessas propostas não estava necessariamente vinculada a ideologias autoritárias, que certamente começavam a desabrochar e que também iriam apropriar-se do ideário corporativista, mas não do liberal e do socialista.

No que se refere à questão social, contribuí muito para o esclarecimento da ação dos elaboradores das primeiras leis que regulamentaram o mercado de trabalho e a organização sindical, no imediato pós-1930. A complexidade dos anos que vão de 1930 a 1937 e a marca da incerteza política que domina todo o período continuam, a meu juízo, ainda não inteiramente assimiladas pela historiografia que trata do assunto. O que a trajetória de Evaristo de Moraes evidencia, segundo a autora do livro, é a crença de um grupo de juristas na lei, em sua capacidade de firmar um Estado de direito e de se sobrepor, ainda que com percalços, a poderes como os da polícia e o dos patrões. Talvez uma crença ingênua, de republicanos de primeira hora, mas de toda forma uma crença e uma indicação que é bom não desprezar.

Como está claro, são muitas as leituras possíveis deste livro, cada uma atentando para pontos distintos, muitos dos quais sequer mencionados nessas linhas de apresentação. Na verdade, uma apresentação que retarda a leitura do livro já aberto, e que apenas deseja encaminhar o leitor à sedutora narrativa que o espera, a começar com a trama do caso Basílio, que coloca, no palco do Tribunal, pai e filho.

Mas as relações entre pai e filho não são usadas apenas na abertura deste livro. Elas são uma chave mestra e retornam, com força, para lhe dar fecho. Isso porque os filhos de Evaristo de Moraes são personagens coadjuvantes de peso na tessitura da narrativa. Ambos levando o nome do pai e ambos grandes figuras no campo do direito, no Brasil. Antônio Evaristo de Moraes, o famoso e respeitado criminalista, que trabalhou com Evandro Lins e Silva; e Evaristo de Moraes Filho, professor de direito do trabalho e também de sociologia do trabalho e de filosofia, além de membro da Academia Brasileira de Letras. A atuação profissional de Evaristo de Moraes foi, de certa forma, mantida pelos filhos, que também

foram, como se verifica, guardiões de sua memória, escrevendo introduções para seus livros e falando dele em entrevistas e outras oportunidades.

Afinal, Evaristo de Moraes, como já se disse, teve vida de romance, e também nas páginas do livro de Joseli. Por isso, ele saiu de cena de forma memorável. No dia 30 de junho de 1939, uma sexta-feira, estava a caminho de uma festa, organizada no terreiro de mãe Adedé, em homenagem à famosa e exótica bailarina Josephine Baker, quando se sentiu mal e acabou morrendo. No dia seguinte, a notícia de sua morte disputou espaço, nas primeiras páginas dos jornais do Rio, com o registro das andanças brasileiras da artista norte-americana. Morte súbita, que o impediu de chegar à festa e também de concluir a leitura de dois livros, deixados abertos em sua mesinha de cabeceira, como remarca, com finura e para encerrar, a autora deste livro: *Casa-grande e senzala* e *Jubiabá*.

*Angela de Castro Gomes*

## INTRODUÇÃO

### *O filho, trazido pelo pai*

Era uma segunda-feira, 5 de abril de 1897. Em frente ao prédio do Cassino Nacional, desde as primeiras horas da manhã, uma multidão aguardava a oportunidade de assistir a um grandioso espetáculo.

Às 10 horas, começaram a entrar no amplo salão os convidados que portavam cartões de ingresso, medida adotada “para que um excesso de lotação não fosse causa de distúrbio e perturbação”.<sup>1</sup> O cassino foi, então, “pouco a pouco se enchendo de gente, pessoas as mais gradas da nossa sociedade, magistrados, advogados, muitas senhoras e representantes de outras classes”. Às 11 horas havia já no recinto mais de 2 mil pessoas, o que tornava seu aspecto imponente: “repleto o belo salão, completamente cheias as galerias, atulhados de gente os corredores. Dificilmente se fazia a passagem dos retardatários”.<sup>2</sup>

Os que não dispunham de um bilhete de ingresso permaneceram na rua, acotovelando-se com curiosidade, tentando vislumbrar o que ocorria no interior do prédio. A segurança nas cercanias era mantida por 30 praças da cavalaria. Além desses homens,

uma outra força de 52 soldados de infantaria [...] teve a seu cargo o serviço no interior do edifício e na rua.

Também uma turma de agentes de segurança permaneceu no edifício [...]. Todas as providências estavam tomadas para que não se desse nenhum incidente desagradável, atenta a exaltação do ânimo público...<sup>3</sup>

“Ao meio dia em ponto, repleto o recinto e a galeria de senhoras e homens, muitos dos quais já se conservavam de pé por

falta de lugares”,<sup>4</sup> ocuparam a cena os personagens centrais do drama. Depois das formalidades de praxe, o presidente do tribunal anunciou o início do espetáculo: estava aberta a sessão do júri!

Ao contrário do que em geral ocorria, nesse julgamento o júri popular formou-se sem dificuldades: 41 das 48 pessoas convocadas apresentaram-se para compô-lo, entre eles um médico e um advogado que acabaram sendo sorteados para compor o Conselho de Sentença.<sup>5</sup> Certamente, contribuiu para isso o fato de o caso ter tomado um aspecto espetacular, tendo sido tratado ao longo de vários dias pelas páginas dos jornais. Mais que interesse, havia-se instaurado um verdadeiro frenesi em torno daquele episódio forense que juntou aproximadamente 2 mil pessoas — 3 mil, segundo alguns relatos —, que não arredaram pé do cassino transformado em tribunal, durante as quase 24 horas que durou o julgamento.<sup>6</sup>

O protagonista do espetáculo em que o tribunal se transformara era Basílio de Moraes, que, com aproximadamente 60 anos de idade, se sentava no banco dos réus. Outro papel, não menos importante, estava destinado ao seu filho, Evaristo de Moraes, que assumiu, na tribuna, a defesa do pai. É sobre esse homem e sobre sua trajetória social que este trabalho se debruçará.

À época do julgamento, Basílio e Evaristo estavam separados fazia já dez anos. O filho tinha, então, 26 anos. Batizado como Antônio Evaristo de Moraes, nascera em 1871, no dia 26 de outubro — dia de São Evaristo —, na cidade do Rio, na antiga Rua Larga de São Joaquim, que depois passou a chamar-se Avenida Marechal Floriano Peixoto.<sup>7</sup>

Muito tempo depois, falando a um jornalista, Evaristo se lembraria da cena que marcou a separação com o pai:

Quando comecei a tomar entendimento, já se havia, na minha casa, erguido o pano de um grande drama [...]

E veio, o desenlace veio. Em 1887 meu pai abandonou definitivamente minha mãe.

Foi uma manhã terrível aquela. Os meirinhos entraram. Tudo que havia dentro de casa foi despejado na rua.